

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Boas Práticas na Atenção Primária à Saúde

GUIA PRÁTICO EQUIPAMENTOS CLÍNICOS E GERAIS VERSÃO GESTÃO



Brasília – DF
2026



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção Primária à Saúde

Boas Práticas na Atenção Primária à Saúde

GUIA PRÁTICO EQUIPAMENTOS CLÍNICOS E GERAIS VERSÃO GESTÃO



Brasília – DF
2026



2026 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons — Atribuição Não Comercial — Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsms.saude.gov.br.

Tiragem: 1ª edição – 2026 – 15.000 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Esplanada dos Ministérios, bloco O, 7º andar
CEP: 70050-000 — Brasília/DF
Site: www.gov.br/saude
E-mail: saps@saude.gov.br

Edição geral:

Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas

Coordenação:

Dirceu Ditmar Klitzke

Elaboração:

Bárbara Gontijo
Caroline Gradim Moraes
Hannah Gabriele Siqueira

Revisão técnica:

Aline Gonçalves Pereira
Ana Cláudia Cardozo Chaves
Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas
Dirceu Ditmar Klitzke
José Eudes Barroso Vieira
Flávia Kelli Alvarenga Pinto
Juliana Azevedo Fernandes
Maykeline dos Santos Leite
Natali Pimentel Minóia

Coordenação editorial:

Júlio César de Carvalho e Silva

Capa:

Victor Henriques Lima

Projeto gráfico:

Sandra Castro de Araujo

Diagramação:

Sandra Castro de Araujo
Victor Henriques Lima

Normalização:

Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Revisão:

Tamires Felipe Alcântara – Editora MS/CGDI

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Boas práticas na Atenção Primária à Saúde : guia prático de equipamentos clínicos e gerais na Atenção Primária à Saúde : versão gestão / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde – Brasília : Ministério da Saúde, 2026.
52 p. : il.

ISBN 978-85-334-2922-2

1. Pessoal de saúde – Atenção Primária à Saúde. 2. Equipamentos e suprimentos. 3. Capacitação profissional. I. Título.

CDU 616-71

Catálogo na fonte – Bibliotecário: Delano de Aquino Silva – CRB 1/1993 – Editora MS/CGDI – OS 2026/0102

Título para indexação:

Good practices in primary health care: practical guide to clinical and general equipment: management version

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Etapas e responsabilidades no recebimento do combo de equipamentos para UBS	18
Quadro 2	Cuidados específicos aplicáveis aos equipamentos do combo das Unidades Básicas de Saúde	26
Quadro 3	Normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos equipamentos do combo das Unidades Básicas de Saúde	34

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS	Atenção Primária à Saúde
ATS	<i>American Thoracic Society</i>
Cnen	Comissão Nacional de Energia Nuclear
Cnes	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
DEA	desfibrilador externo automático
ECG	eletrocardiograma
ERS	<i>European Respiratory Society</i>
FES	estimulação elétrica funcional (do inglês, <i>functional electrical stimulation</i>)
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MS	Ministério da Saúde
OCI	Oferta de Cuidados Integrados
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PEC	Prontuário Eletrônico do Cidadão
Pnab	Política Nacional de Atenção Básica
PNI	Programa Nacional de Imunizações
POP	Procedimento Operacional Padrão
Procot	Programa de Cooperação Técnica
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
Renem	Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS
Saps	Secretaria de Atenção Primária à Saúde
SCNES	Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
Sigtap	Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM) do SUS
SUS	Sistema Único de Saúde
TENS	estimulação elétrica nervosa transcutânea (do inglês, <i>transcutaneous electrical nerve stimulation</i>)
UBS	Unidade Básica de Saúde



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POLÍTICOS DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS NA APS	13
O COMBO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS DO NOVO PAC SAÚDE.....	15
Composição do combo	15
Responsabilidade da gestão	16
RECEBIMENTO DO COMBO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS.....	17
NORMATIVAS VIGENTES E FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS	21
Fontes de financiamento	21
Base normativa para incorporação tecnológica	22
CADASTRO DE EQUIPAMENTOS NO SCNES.....	23
Responsabilidade pelo cadastro	23
Passo a passo orientativo para o cadastro no SCNES.....	24
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E ENGENHARIA CLÍNICA	25
Tipos de manutenção	25

Cuidados específicos com os equipamentos.....	26
Responsabilidade da gestão na operação e manutenção dos equipamentos.....	30
Organização interna e fluxos operacionais locais	31
Definição técnica dos procedimentos e papel da engenharia clínica	31
Rotina mínima recomendada de verificação dos equipamentos	32
Higienização dos ambientes e preservação dos equipamentos	32
Diretrizes gerais para higienização e proteção dos equipamentos	33
Cuidados com baterias, consumíveis e controle de validade	33
Manutenção por tipo de equipamento.....	34
QUALIFICAÇÃO (TREINAMENTO) E EDUCAÇÃO PERMANENTE DAS EQUIPES	37
Estratégias para mitigar a rotatividade de profissionais.....	37
ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS E FLUXOS ASSISTENCIAIS	39
MONITORAMENTO DO USO E DA RESOLUTIVIDADE NA APS	41
SUSTENTABILIDADE E PLANEJAMENTO FUTURO	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES.....	47
Apêndice A — Modelo de checklist	47
Apêndice B — Modelo de checklist de higienização dos equipamentos	48

APRESENTAÇÃO

O Guia Prático – Equipamentos Clínicos e Gerais na Atenção Primária à Saúde: versão gestão apresenta orientações técnicas e operacionais destinadas a apoiar gestores, profissionais de saúde e equipes da Atenção Primária à Saúde (APS) na qualificação do cuidado prestado nos territórios. O documento foi elaborado com base em normativas vigentes, evidências científicas e na experiência acumulada no cotidiano dos serviços, reafirmando o compromisso do Sistema Único de Saúde (SUS) com uma APS resolutiva, equitativa e centrada nas pessoas.

O Guia reúne recomendações sobre a indicação, o uso seguro, o manejo e a conservação de equipamentos estratégicos utilizados na APS, considerando a diversidade territorial, epidemiológica e organizacional do País. Ao sistematizar essas orientações, busca-se qualificar os processos de trabalho, promover maior padronização das práticas assistenciais e fortalecer a capacidade de resposta das equipes frente às necessidades reais da população.

A incorporação e o uso adequado desses equipamentos constituem elemento central para o fortalecimento da clínica na APS, ampliando a autonomia das equipes, reduzindo encaminhamentos desnecessários e favorecendo o cuidado oportuno, contínuo e longitudinal no território. Nesse sentido, o Guia dialoga diretamente com os princípios da integralidade, da coordenação do cuidado e da ordenação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), contribuindo para maior segurança, efetividade e qualidade da assistência prestada.

Destaca-se que a apropriação deste Guia por profissionais, gestores e apoiadores institucionais é condição essencial para sua implementação no cotidiano dos serviços. Sua utilização deve estar articulada aos processos de educação permanente em saúde, ao planejamento local e ao monitoramento das ações, de modo a potencializar seu impacto na organização dos serviços e no cuidado ofertado à população.

Reafirma-se a importância da identificação profissional adequada e do uso de vestimenta compatível com cada categoria profissional durante toda a jornada de trabalho, especialmente nas ações desenvolvidas nos territórios e nas atividades de contato direto com usuárias e usuários, como medida de segurança, reconhecimento profissional e fortalecimento do vínculo com a comunidade.

Por fim, os padrões visuais e materiais gráficos apresentados nesta publicação podem ser utilizados em ações educativas, apresentações institucionais e materiais de apoio, contribuindo para o fortalecimento da identidade visual e do protagonismo da Atenção Primária à Saúde nos diferentes contextos de atuação.

ATENÇÃO! Os padrões visuais apresentados neste Guia podem ser utilizados como fundo em postagens, apresentações institucionais ou como imagem principal em documentos, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo e da identidade das atividades desenvolvidas pela APS.

Em caso de dúvidas quanto ao uso e ao manejo adequado dos equipamentos ou às orientações aqui descritas, entre em contato pelo e-mail saps@saude.gov.br.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) configura-se como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha papel estratégico na coordenação do cuidado, na organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) e na garantia do acesso contínuo, integral e equitativo aos serviços de saúde. Nesse nível de atenção, concentram-se ações fundamentais de promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico oportuno e acompanhamento longitudinal da população, constituindo-se em eixo estruturante para a redução das desigualdades e para a qualificação dos desfechos em saúde.

Nesse contexto, a incorporação qualificada de tecnologias e equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) representa um componente essencial para o fortalecimento da resolutividade da APS. A ampliação da capacidade diagnóstica no próprio território favorece intervenções mais precoces, qualifica a tomada de decisão clínica e contribui para a redução de encaminhamentos desnecessários à atenção especializada. Ademais, promove maior eficiência na utilização dos recursos do SUS, auxilia na redução de filas para exames e otimiza os fluxos assistenciais no âmbito das RAS.

Entretanto, a incorporação de equipamentos e tecnologias não se resume à sua disponibilização física nas unidades de saúde. Para que os benefícios esperados sejam efetivamente alcançados, torna-se imprescindível que as gestões locais disponham de instrumentos adequados para a organização, a gestão e o monitoramento do parque tecnológico das UBS. Aspectos como incorporação patrimonial, cadastro nos sistemas oficiais de informação, governança, qualificação das equipes, manutenção preventiva e acompanhamento do uso efetivo dos equipamentos são determinantes para a sustentabilidade do investimento público e para a efetividade das ações em saúde.

O presente *Guia Prático – Equipamentos Clínicos e Gerais na Atenção Primária à Saúde: versão gestão* foi elaborado com o objetivo de apoiar gestores(as) municipais, coordenações de Unidades Básicas de Saúde e equipes técnicas na condução adequada da gestão do parque tecnológico da APS, abrangendo desde o recebimento e a incorporação patrimonial dos equipamentos até seu uso seguro, manutenção, monitoramento e planejamento para a sustentabilidade ao longo do tempo.

A organização da Rede de Atenção à Saúde no Brasil tem sido orientada por um conjunto articulado de estratégias voltadas ao enfrentamento sistêmico dos desafios relacionados ao acesso, à resolutividade e à continuidade do cuidado no âmbito do

Sistema Único de Saúde. Nesse cenário, destacam-se iniciativas recentes que buscam, de forma complementar, fortalecer a atenção especializada, como o programa Agora Tem Especialistas, e qualificar a Atenção Primária à Saúde, contribuindo para a consolidação de um modelo de cuidado mais integrado e eficiente.

A articulação entre investimentos em equipamentos na APS, estratégias de formação e provimento de especialistas e mecanismos operacionais estruturados, como a Oferta de Cuidados Integrados (OCI), configura um modelo de ação coordenada com potencial para ampliar os resultados em saúde, reduzir desigualdades regionais de acesso e promover uma organização mais racional e eficiente dos recursos disponíveis no SUS. Ao alinhar a ampliação da capacidade diagnóstica local às estratégias nacionais de fortalecimento da atenção especializada e ao uso de sistemas digitais de informação para o monitoramento da oferta assistencial, o SUS avança na direção de um modelo assistencial mais integrado, equitativo e orientado às necessidades da população.

Este material reafirma o compromisso do Ministério da Saúde (MS) com o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, ao reconhecer que a incorporação responsável de tecnologias deve estar necessariamente associada a uma gestão qualificada, atenta aos aspectos técnicos, operacionais e organizacionais que asseguram o uso contínuo e adequado dos equipamentos no cuidado integral aos usuários. A adoção de orientações consistentes para a manutenção dos equipamentos, aliada a estratégias para reduzir a ociosidade das tecnologias e organizar de forma racional os recursos disponíveis, contribui para prolongar a vida útil do parque tecnológico, evitar interrupções assistenciais, otimizar custos no SUS e ampliar o acesso aos serviços, reduzindo encaminhamentos desnecessários à atenção especializada e promovendo maior equidade no cuidado em saúde em todo o território nacional.

FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POLÍTICOS DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS NA APS

A gestão de equipamentos em saúde no âmbito da APS está ancorada em um conjunto de normativas que estabelecem diretrizes para a organização dos serviços, a garantia da segurança do cuidado e o uso racional de tecnologias na saúde.

Destacam-se:

- A Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), que atribui à APS a coordenação do cuidado e a responsabilidade pela organização das ações nos territórios.
- A Portaria de Consolidação GM/MS n.º 1, de 28 de setembro de 2017, que define as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, incluindo a gestão de tecnologias.
- A Portaria GM/MS n.º 3.134, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a estados, Distrito Federal e municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde, e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (Renem) e o Programa de Cooperação Técnica (Procot) no âmbito do Ministério da Saúde.
- As normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que regulam o uso seguro de equipamentos, especialmente aqueles sujeitos a controle sanitário.
- Os sistemas oficiais de informação, como o Sistema de Cadastro Nacional de Equipamentos em Saúde (SCNES).

No âmbito do Novo PAC Saúde, a gestão adequada dos equipamentos torna-se ainda mais estratégica, uma vez que os investimentos visam ampliar a resolutividade da APS, reduzir desigualdades regionais e fortalecer o cuidado no território.



O COMBO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS DO NOVO PAC SAÚDE

O combo de equipamentos para UBS é uma iniciativa do Ministério da Saúde que integra a estratégia de modernização da Atenção Primária à Saúde. Seu objetivo é prover às UBS um conjunto padronizado de equipamentos que ampliem a oferta de serviços clínicos, diagnósticos, terapêuticos e de reabilitação, além de fortalecer a saúde digital.

A previsão nacional contempla 10 mil combos, distribuídos de forma equitativa entre os territórios, considerando critérios como vulnerabilidade social, necessidade assistencial e capacidade instalada.

COMPOSIÇÃO DO COMBO

A composição inicial do combo inclui equipamentos voltados a diferentes dimensões do cuidado, como:

- Diagnóstico clínico e funcional.
- Suporte a urgências na APS.
- Reabilitação e fisioterapia.
- Vigilância e imunização.
- Saúde digital e cuidado compartilhado.

A lista de equipamentos poderá ser ajustada conforme disponibilidade de mercado, preservando-se o valor global do investimento.

RESPONSABILIDADE DA GESTÃO

A seleção do município ou da UBS não se encerra com a entrega dos equipamentos.

Cabe à gestão local garantir:

- A adequada incorporação dos equipamentos à rotina assistencial.
- O cumprimento das normas sanitárias e técnicas.
- A sustentabilidade do uso ao longo do tempo.

RECEBIMENTO DO COMBO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS

O recebimento do combo de equipamentos para Unidades Básicas de Saúde constitui uma etapa estratégica e sensível da implementação do Novo PAC Saúde nos territórios, pois representa o momento de transição entre o investimento federal e a efetiva incorporação das tecnologias ao cuidado prestado no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

A condução adequada dessa etapa é determinante para assegurar que os equipamentos sejam incorporados de forma segura, oportuna e alinhada às necessidades assistenciais da população.

Procedimentos inadequados no recebimento podem resultar em atrasos na implantação, riscos à segurança do paciente e dos profissionais, subutilização das tecnologias disponíveis, inconsistências nos registros patrimoniais e cadastrais, bem como prejuízos ao erário público.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo orientar as gestões municipais e coordenações de UBS quanto aos procedimentos técnicos, administrativos e sanitários que devem ser observados desde o planejamento prévio à chegada dos equipamentos até sua liberação para uso assistencial, assegurando a correta incorporação do combo ao parque tecnológico da APS, em conformidade com as normas vigentes e com os princípios da boa governança pública.

Quadro 1 – Etapas e responsabilidades no recebimento do combo de equipamentos para UBS

ETAPA	ASPECTO AVALIADO	DESCRIÇÃO / ORIENTAÇÕES AO GESTOR
1. PLANEJAMENTO PRÉVIO	Organização administrativa	Designar formalmente um responsável pelo recebimento e pela conferência dos equipamentos, em articulação com a gestão municipal.
	Infraestrutura inicial	Garantir espaço físico adequado para o armazenamento temporário, protegido contra umidade, poeira, calor excessivo e acesso indevido.
	Condições técnicas	Verificar previamente as condições elétricas, ambientais e de segurança da UBS, assegurando compatibilidade com os equipamentos a serem recebidos.
	Documentação	Organizar previamente nota fiscal, termo de recebimento, registros patrimoniais e demais documentos administrativos necessários.
	Articulação técnica	Alinhar previamente com a equipe de engenharia clínica ou o setor responsável, quando existente.
2. AVALIAÇÃO PRÉVIA DA INFRAESTRUTURA	Rede elétrica	Assegurar rede elétrica compatível, com aterramento adequado e dispositivos de estabilização.
	Conectividade	Garantir acesso à internet estável para os equipamentos vinculados à tele saúde.
	Espaços físicos	Disponibilizar ambientes apropriados, ventilados, seguros e compatíveis com o uso assistencial previsto.
	Condições ambientais	Atender exigências específicas, como climatização adequada para a câmara fria destinada à conservação de vacinas.

(continua)

(continuação)

ETAPA	ASPECTO AVALIADO	DESCRIÇÃO / ORIENTAÇÕES AO GESTOR
3. ORGANIZAÇÃO DA GOVERNANÇA LOCAL	Responsabilidades técnicas	Designar formalmente um responsável técnico pelo uso clínico dos equipamentos.
	Gestão patrimonial	Definir um responsável pelo patrimônio e pela guarda dos equipamentos.
	Tecnologia da informação	Designar um responsável pela infraestrutura digital e pelo suporte aos equipamentos digitais.
	Manutenção	Definir um responsável pela manutenção e pela articulação com a engenharia clínica.
4. CHECKLIST DE PRONTIDÃO	Adequação física	Verificar se os ambientes e as instalações estão adequadas ao recebimento e à instalação dos equipamentos.
	Insumos e consumíveis	Confirmar a disponibilidade inicial de insumos, acessórios e consumíveis necessários ao funcionamento dos equipamentos.
	Protocolos operacionais	Verificar a existência ou a previsão de elaboração de protocolos operacionais para uso, limpeza e segurança.
	Manutenção preventiva	Planejar previamente a manutenção preventiva, conforme recomendações do fabricante.

(continua)

(conclusão)

ETAPA	ASPECTO AVALIADO	DESCRIÇÃO / ORIENTAÇÕES AO GESTOR
5. RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA	Conferência técnica	Conferir quantitativo, modelos e especificações técnicas dos equipamentos recebidos.
	Registro de inconformidades	Registrar formalmente eventuais avarias, danos ou inconformidades identificadas no momento da entrega.
	Formalização	Emitir e assinar termo de recebimento dos equipamentos.
6. TOMBAMENTO PATRIMONIAL	Incorporação ao patrimônio	Incorporar todos os equipamentos ao patrimônio público, conforme normas vigentes.
	Identificação	Identificar cada equipamento com número patrimonial individual.
	Vinculação	Vincular formalmente os equipamentos à UBS de destino.
7. CADASTRO NO SCNES	Registro oficial	Registrar corretamente os equipamentos no SCNES.
	Informações obrigatórias	Informar o tipo de equipamento, a quantidade e a situação (em uso, em manutenção ou inativo).
	Finalidade do cadastro	Assegurar rastreabilidade do parque tecnológico, subsidiar planejamento e monitoramento e garantir transparência da gestão pública.

Fonte: elaboração própria.

NORMATIVAS VIGENTES E FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS

O financiamento para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde é regido por um conjunto de normativas que asseguram a descentralização dos recursos, a autonomia dos entes federativos e a observância de critérios técnicos, administrativos e de transparência na aplicação dos recursos públicos. Já a estruturação tecnológica das UBS ocorre, prioritariamente, por meio de investimentos federais, estaduais e municipais, devendo a gestão observar as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Saúde, sem prejuízo das normativas locais vigentes.

FONTES DE FINANCIAMENTO

O repasse de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos destinados à APS ocorre, predominantemente, por meio das seguintes fontes:

- **Programas estratégicos do Ministério da Saúde:** investimentos diretos, especialmente no âmbito da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (Saps), destinados à modernização da infraestrutura das UBS e à ampliação da capacidade diagnóstica e assistencial no território.
- **Emendas parlamentares:** recursos provenientes de emendas individuais, de bancada ou de comissão destinadas à aquisição de equipamentos para a APS, observadas as normativas específicas do ciclo de indicações, execução orçamentária e prestação de contas.

BASE NORMATIVA PARA INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA

A gestão dos recursos destinados à aquisição de equipamentos deve observar, entre outras, as seguintes normativas:

- Portaria de Consolidação GM/MS n.º 1/2017, que dispõe sobre normas gerais relativas à organização e ao funcionamento do Sistema Único de Saúde, incluindo aspectos relacionados à gestão de tecnologias em saúde.
- Portaria GM/MS n.º 3.134/2013, que regulamenta a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde para estados, Distrito Federal e municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do SUS, institui a Renem e cria o Procot.

O cumprimento dessas normativas é condição essencial para a regularidade administrativa, a rastreabilidade dos investimentos e a sustentabilidade da incorporação tecnológica na APS.

CADASTRO DE EQUIPAMENTOS NO SCNES

O Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde constitui a base oficial de informações sobre a capacidade instalada da rede de serviços de saúde no âmbito do SUS. O cadastro correto, completo e permanentemente atualizado dos equipamentos existentes nas UBS é fundamental para assegurar a fidedignidade das informações declaradas pelos municípios e para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de saúde.

Além de sua função cadastral, o SCNES configura-se como instrumento estratégico para o acompanhamento da infraestrutura das UBS, permitindo a análise da distribuição dos recursos tecnológicos, a identificação de vazios assistenciais e o monitoramento do uso dos equipamentos incorporados à APS.

A ausência de cadastro ou o registro inadequado dos equipamentos pode gerar inconsistências entre a infraestrutura real da unidade e os dados oficiais do SUS, comprometendo o planejamento da rede, a análise da oferta de serviços e a transparência da gestão pública.

RESPONSABILIDADE PELO CADASTRO

A atualização do SCNES é responsabilidade administrativa da gestão municipal, em articulação com a gestão da UBS, devendo ser realizada sempre que ocorrerem alterações na infraestrutura da unidade, tais como:

- Recebimento de novos equipamentos.
- Remanejamento interno ou entre unidades.
- Substituição, desativação ou baixa patrimonial.

PASSO A PASSO ORIENTATIVO PARA O CADASTRO NO SCNES

Para o correto registro dos equipamentos, recomenda-se:

1. Acessar o SCNES.
2. Selecionar o estabelecimento correspondente à UBS.
3. Acessar o módulo EQUIPAMENTOS.
4. Inserir as informações obrigatórias:
 - tipo de equipamento;
 - quantidade; e
 - situação ("Em uso"; "Em manutenção"; ou "Inativo").
5. Salvar e validar o registro.

O cadastro deve ser mantido permanentemente atualizado, refletindo fielmente a realidade da infraestrutura da UBS.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E ENGENHARIA CLÍNICA

A incorporação e o uso seguro dos equipamentos de saúde na Atenção Primária à Saúde exige a atuação estruturada da engenharia clínica, como componente essencial da governança do parque tecnológico das Unidades Básicas de Saúde.

A engenharia clínica contribui para a avaliação técnica dos equipamentos, a definição de rotinas de manutenção preventiva e corretiva, o acompanhamento do desempenho, a verificação da segurança elétrica e funcional e a gestão do ciclo de vida das tecnologias, desde sua instalação até a substituição ou desativação.

A existência de apoio técnico especializado — seja por meio de equipes próprias, arranjos regionalizados ou contratos de serviços — fortalece a gestão dos equipamentos, reduz riscos assistenciais, evita falhas operacionais e contribui para a sustentabilidade do investimento público.

TIPOS DE MANUTENÇÃO

- **Manutenção preventiva:** conjunto de intervenções planejadas e periódicas, realizadas independentemente da ocorrência de falhas, com o objetivo de reduzir a probabilidade de defeitos, manter o desempenho adequado e prolongar a vida útil dos equipamentos. Deve ser executada conforme cronograma anual, seguindo as recomendações do fabricante, preferencialmente por assistência técnica autorizada.
- **Manutenção corretiva:** realizada após a identificação de falhas ou mau funcionamento, com a finalidade de restabelecer as condições normais de operação. Deve ser acionada imediatamente quando houver risco à segurança do paciente ou interrupção da assistência.
- **Manutenção preditiva e inspeções rotineiras:** baseiam-se no monitoramento do desempenho e das condições do equipamento, complementando as manutenções preventiva e corretiva. Todos os serviços de manutenção devem ser formalmente registrados, garantindo rastreabilidade, histórico técnico e controle adequado do parque tecnológico.

CUIDADOS ESPECÍFICOS COM OS EQUIPAMENTOS

Determinados equipamentos, em razão de sua complexidade tecnológica, sensibilidade operacional ou exigências regulatórias, demandam cuidados específicos adicionais, que vão além das rotinas gerais de manutenção. Esses cuidados incluem orientações relativas ao manuseio adequado, à limpeza, à desinfecção, ao armazenamento, ao controle ambiental, à prevenção de impactos físicos, à gestão de cabos e acessórios, bem como o respeito às rotinas de carga de baterias e às verificações funcionais periódicas.

A adoção sistemática dessas medidas contribui para a preservação da integridade técnica dos equipamentos, a ampliação de sua vida útil, a redução de falhas operacionais e a garantia da segurança e da qualidade da assistência prestada, em conformidade com as normas vigentes e as recomendações dos fabricantes.

Quadro 2 – Cuidados específicos aplicáveis aos equipamentos do combo das Unidades Básicas de Saúde

EQUIPAMENTO	CUIDADOS ESPECÍFICOS RECOMENDADOS
Aparelho de raios X portátil	Armazenar em local seco, com acesso restrito e controle de temperatura. Realizar limpeza externa com pano macio levemente umedecido em álcool 70%, sem aplicação direta de líquidos em fendas de ventilação ou colimador. Evitar quedas e entrada de líquidos. Utilizar exclusivamente conforme RDC Anvisa n.º 611, de 9 de março de 2022, e demais normativas vigentes.
Ultrassom (diagnóstico e terapêutico)	Manusear os transdutores com extremo cuidado, evitando quedas e impactos. Higienizar os transdutores após cada uso com desinfetantes compatíveis (p.ex.: quaternário de amônia de quinta geração ou peróxido de hidrogênio, conforme fabricante). Remover o gel condutor imediatamente após o uso. Evitar a entrada de líquidos no equipamento.

(continua)

(continuação)

EQUIPAMENTO	CUIDADOS ESPECÍFICOS RECOMENDADOS
Desfibrilador externo automático (DEA)	Verificar diariamente o indicador de prontidão. Monitorar validade e integridade das pás (adulto e pediátrica). Realizar limpeza externa após cada uso, com detergente neutro ou álcool 70%, garantindo que os contatos estejam secos e livres de oxidação. Definir responsável e suplentes para a rotina de verificação.
Retinógrafo digital	Não tocar as lentes ópticas. Realizar a limpeza óptica apenas com ar comprimido seco ou lenços de microfibras de grau óptico. Desinfetar o corpo do equipamento com álcool isopropílico 70%, evitando o contato com lentes internas. Manter ciclos de carga entre 20% e 80%. Evitar quedas e líquidos.
Espirômetro digital	Utilizar filtros bacteriológicos/virais descartáveis a cada paciente. Realizar calibração diária com seringa apropriada, conforme fabricante. Evitar umidade excessiva e introdução de objetos no sensor de fluxo. Utilizar bocais descartáveis ou esterilizáveis, conforme orientação técnica.
Eletrocardiógrafo (ECG) digital	Manusear cabos-paciente sem dobras ou enrolamentos excessivos. Remover resíduos de gel condutor após cada uso, para evitar oxidação dos eletrodos. Não molhar o sistema eletrônico. Limpar o equipamento após cada uso.
Doppler vascular portátil	Evitar quedas e impactos no transdutor. Higienizar com pano macio, água e sabão neutro, seguido de desinfecção, conforme orientação do fabricante (hipoclorito a 0,1% ou quaternário de amônia). Não molhar o sistema eletrônico.

(continua)

(continuação)

EQUIPAMENTO	CUIDADOS ESPECÍFICOS RECOMENDADOS
Laser de baixa potência	Utilizar obrigatoriamente óculos de proteção com comprimento de onda adequados para operador e paciente. Proteger a ponteira com filme plástico descartável a cada paciente. Realizar a limpeza da ponteira com álcool 70% ou clorexidina alcoólica, conforme material. Evitar líquidos no equipamento.
Câmara científica refrigerada para vacinas	Manter plano de contingência visível na sala de vacina. Não armazenar outros materiais. Elaborar mapa externo de organização dos imunobiológicos. Garantir estabilidade elétrica, preferencialmente com gerador. Seguir rigorosamente o Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde.
TENS e FES	Manusear cabos sempre pelo conector plástico. Lavar eletrodos de borracha com água e sabão neutro após cada uso e secar completamente antes de armazenar. Eletrodos autoadesivos são de uso individual e descartáveis. Não molhar o sistema eletrônico.
Dinamômetro	Realizar limpeza e desinfecção após cada uso com álcool 70% ou conforme orientação do fabricante. Evitar quedas para não comprometer a calibração.
Balança portátil	Limpar a plataforma diariamente e/ou após cada uso com pano úmido. Realizar desinfecção com álcool 70% ou produto indicado pelo fabricante. Evitar entrada de líquidos e quedas.

(continua)

(conclusão)

EQUIPAMENTO	CUIDADOS ESPECÍFICOS RECOMENDADOS
Cadeira de rodas	Limpar a estrutura, o assento e os apoios com água e sabão neutro. Após secagem, realizar desinfecção com álcool 70% ou quaternário de amônia. Verificar rodas, freios e integridade estrutural regularmente.
Otoscópio digital	Limpar os espelhos reutilizáveis com água e sabão neutro. Desinfetar as superfícies externas com álcool 70%. Evitar quedas e entrada de líquidos.
Fotóforo clínico	Desinfetar as áreas de contato com a pele utilizando álcool 70%. Verificar regularmente cabos, conexões e fonte de energia. Evitar líquidos e quedas.
Dermatoscópio digital	Remover os resíduos visíveis com pano macio após cada uso. Desinfetar as superfícies externas com álcool 70% ou quaternário de amônia. Limpar as lentes com produtos recomendados pelo fabricante. Evitar quedas e líquidos.
Eletrocautério (bisturi elétrico)	Limpar o gabinete externo com pano macio e detergente neutro — com o equipamento desligado. Desinfetar as superfícies externas conforme fabricante. Limpar a caneta e os cabos após cada uso e inspecionar o isolamento. Utilizar placas neutras conforme orientação técnica.
Tábua de propriocepção	Realizar a limpeza e a desinfecção após cada uso com álcool 70%. Verificar rachaduras, lascas ou desgaste. Armazenar em local seco e protegido da umidade.

Fonte: elaboração própria, com base em manuais técnicos dos fabricantes, normas técnicas da ABNT, regulamentações da Anvisa e diretrizes do Ministério da Saúde.

RESPONSABILIDADE DA GESTÃO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A gestão adequada dos equipamentos de saúde nas UBS pressupõe a organização sistemática das rotinas de operação, manutenção e monitoramento, como componente essencial da governança do parque tecnológico da Atenção Primária à Saúde.

A existência de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para os diferentes tipos de equipamentos constitui importante instrumento para assegurar a padronização dos procedimentos, a segurança do paciente, a confiabilidade dos resultados e a rastreabilidade técnica ao longo de todo o ciclo de vida das tecnologias incorporadas. As UBS devem adotar esses POP ajustados à sua realidade assistencial e ao nível de complexidade tecnológica existente, como boa prática de governança e qualificação do cuidado.

Em determinadas localidades, a elaboração dos POP pode ser assumida pelo órgão gestor — como a Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde. Ainda assim, é fundamental que esses procedimentos estejam adequados à realidade do território adscrito da UBS, respeitando sua organização do processo de trabalho, seu perfil assistencial e sua capacidade instalada.

Compete à gestão da UBS assegurar que os POP existam, sejam cumpridos e estejam alinhados às normas técnicas vigentes e às recomendações dos fabricantes, mantendo controle documental, histórico de manutenção e rastreabilidade das intervenções realizadas, de modo a fortalecer a segurança assistencial e a sustentabilidade do parque tecnológico da unidade.

ORGANIZAÇÃO INTERNA E FLUXOS OPERACIONAIS LOCAIS

Cada UBS poderá estruturar sua organização interna de tarefas por meio de fluxos rápidos de funcionamento, semelhantes às rotinas assistenciais hospitalares, com o objetivo de organizar o uso dos equipamentos no cotidiano da unidade.

Esses fluxos podem contemplar, entre outros aspectos:

- Agenda de uso programado para equipamentos utilizados em procedimentos eletivos.
- Profissionais habilitados para operar cada equipamento.
- Locais de armazenamento de insumos, acessórios e consumíveis.

Ressalta-se que essa organização dos fluxos internos não deve engessar o uso dos equipamentos, mas, sim, qualificar o processo de trabalho local, promovendo eficiência, segurança e melhor aproveitamento das tecnologias disponíveis.

DEFINIÇÃO TÉCNICA DOS PROCEDIMENTOS E PAPEL DA ENGENHARIA CLÍNICA

A definição detalhada de procedimentos técnicos, rotinas de calibração, testes de desempenho, verificações de segurança elétrica e critérios de aceitação deve ser realizada por **engenheiro clínico, técnico em equipamentos biomédicos, técnico em eletromedicina ou assistência técnica autorizada**, conforme o risco e a complexidade de cada equipamento.

A atuação da gestão da UBS envolve garantir que essas definições técnicas sejam executadas por profissionais qualificados, assegurando a conformidade com as normas técnicas vigentes, com as recomendações dos fabricantes e com os regulamentos sanitários aplicáveis.

ROTINA MÍNIMA RECOMENDADA DE VERIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Recomenda-se que a UBS adote uma rotina mínima de inspeção mensal, organizada por tipo de equipamento, contemplando, no mínimo:

Checklist mensal:

- Funcionamento adequado.
- Integridade física.
- Condições de cabos, sensores e conectores.
- Limpeza compatível com o tipo de equipamento.

Registro obrigatório:

- Data da verificação.
- Responsável.
- Ocorrências identificadas.

HIGIENIZAÇÃO DOS AMBIENTES E PRESERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A adequada higienização dos ambientes onde os equipamentos estão instalados e o correto manuseio durante as rotinas de limpeza constituem componentes essenciais da manutenção preventiva, impactando diretamente a segurança do paciente, a durabilidade dos equipamentos e a continuidade da assistência na APS. Compete ao gestor da UBS orientar e integrar a equipe de limpeza às rotinas de preservação do parque tecnológico, assegurando que os procedimentos de higienização sejam compatíveis com a natureza dos equipamentos eletromédicos, mecânicos e ópticos existentes na unidade, em conformidade com as normas de biossegurança e com as recomendações dos fabricantes.

DIRETRIZES GERAIS PARA HIGIENIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Durante a limpeza dos ambientes, devem ser observadas as diretrizes gerais a seguir:

- A limpeza deve ocorrer, preferencialmente, fora dos horários de atendimento assistencial.
- É vedado o uso de jatos diretos de água, baldes transbordando ou panos excessivamente molhados nas proximidades de equipamentos eletromédicos.
- Não devem ser utilizados produtos abrasivos, solventes ou substâncias não recomendadas pelo fabricante.
- Cabos, sensores, transdutores e conectores devem permanecer desconectados da rede elétrica, sempre que tecnicamente possível.

Sempre que houver risco de respingos ou impactos, recomenda-se a proteção ou a retirada temporária dos equipamentos portáteis, bem como cuidados especiais na movimentação de equipamentos de maior porte, como câmaras frias e cadeiras de rodas.

CUIDADOS COM BATERIAS, CONSUMÍVEIS E CONTROLE DE VALIDADE

A conferência periódica das baterias recarregáveis e dos consumíveis associados aos equipamentos é essencial para garantir seu pleno funcionamento, especialmente em situações de urgência e emergência na APS. Devem ser monitorados:

- Baterias recarregáveis.
- Eletrodos, sensores e acessórios descartáveis.
- Insumos associados a equipamentos críticos, como o DEA.

Equipamentos podem estar tecnicamente operacionais, mas inviabilizados por consumíveis vencidos. Recomenda-se a adoção de planilhas ou sistemas simples de controle de validade, com alertas antecipados (30 a 60 dias), como boa prática de gestão.

MANUTENÇÃO POR TIPO DE EQUIPAMENTO

Os equipamentos podem ser classificados, para fins de manutenção, em:

- **Equipamentos de baixa complexidade e caráter mecânico:** demandam inspeções periódicas, ajustes e, quando aplicável, calibração metrológica.
- **Equipamentos eletromédicos:** exigem manutenção por profissionais especializados, incluindo testes de segurança elétrica, calibração e atualização de software.
- **Equipamentos críticos para a assistência e vigilância em saúde:** como a câmera científica refrigerada, cuja manutenção deve seguir rigorosamente as diretrizes do PNI, regulamentos sanitários e manuais técnicos.

VOCÊ JÁ SABE, MAS NÃO CUSTA LEMBRAR!

O SCNES pode ser acessado por meio do endereço eletrônico oficial: <http://cnes2.datasus.gov.br/>.

Quadro 3 – Normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos equipamentos do combo das Unidades Básicas de Saúde

EQUIPAMENTO	NORMAS TÉCNICAS / REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS
Cadeira de rodas	ABNT NBR ISO 7176 (série); manual do fabricante.
Balança digital	Regulamentos do Inmetro (verificação/calibração, quando aplicável); manual do fabricante.

(continua)

(continuação)

EQUIPAMENTO	NORMAS TÉCNICAS / REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS
Tábua de propriocepção	Manual do fabricante; boas práticas de segurança e inspeção estrutural.
Eletrocautério (bisturi elétrico)	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-2; manual do fabricante.
Câmara científica refrigerada para conservação de vacinas	RDC Anvisa n.º 197/2017; Manual da Rede de Frio do PNI; manual do fabricante.
Fotóforo clínico	ABNT NBR IEC 60601-1; manual do fabricante.
Otoscópio digital	ABNT NBR IEC 60601-1; manual do fabricante.
Laser de baixa potência	ABNT NBR IEC 60825; ABNT NBR IEC 60601-2-22; manual do fabricante.
Eletrocardiógrafo digital	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-25; manual do fabricante.
Dinamômetro digital	Manual do fabricante; normas de calibração e controle metrológico, quando aplicáveis.
Dermatoscópio digital	ABNT NBR IEC 60601-1; manual do fabricante.

(continua)

(conclusão)

EQUIPAMENTO	NORMAS TÉCNICAS / REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS
Espirômetro	ABNT NBR ISO 26782; Diretrizes ATS/ERS; manual do fabricante.
Doppler vascular portátil	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-37; manual do fabricante.
TENS e FES	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-10; manual do fabricante.
Ultrassom terapêutico para fisioterapia	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-5; manual do fabricante.
Ultrassom para exames de imagem	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-37; manual do fabricante.
Retinógrafo digital	ABNT NBR IEC 60601-1; manual do fabricante (calibração óptica e software).
Desfibrilador externo automático (DEA)	ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-2-4; manual do fabricante; diretrizes clínicas aplicáveis.
Aparelho de raios X portátil	RDC Anvisa n.º 611/2022; Portaria SVS/MS n.º 453/1998 (ou norma que a substitua); Chen NN 3.01; ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-1-3.

Fonte: elaboração própria.

QUALIFICAÇÃO (TREINAMENTO) E EDUCAÇÃO PERMANENTE DAS EQUIPES

A incorporação de equipamentos estratégicos nas Unidades Básicas de Saúde visa suprir lacunas estruturais, fortalecer a capacidade diagnóstica da APS e qualificar o cuidado prestado à população. Para que esses objetivos sejam alcançados, é fundamental investir na qualificação contínua das equipes envolvidas na utilização das tecnologias.

Equipamentos portáteis e de fácil utilização, quando inseridos de forma planejada nos serviços, ampliam a resolutividade clínica, reduzem encaminhamentos desnecessários e racionalizam os custos do SUS. Nesse sentido, a educação permanente constitui ferramenta estratégica para assegurar o uso seguro, eficiente e sustentável dos equipamentos.

ESTRATÉGIAS PARA MITIGAR A ROTATIVIDADE DE PROFISSIONAIS

A gestão deve adotar estratégias para minimizar os impactos da rotatividade das equipes, tais como:

- Disponibilização de plataforma de educação a distância com conteúdos gravados e atualizados.
- Elaboração de manuais práticos digitais com protocolos assistenciais locais.
- Formação de redes de multiplicadores internos.
- Monitoramento contínuo do uso efetivo dos equipamentos.



ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS E FLUXOS ASSISTENCIAIS

A incorporação de novas tecnologias na APS requer planejamento prévio e definição clara dos processos de trabalho, de modo a assegurar sua utilização segura, eficiente e alinhada às necessidades assistenciais do território.

A gestão deve estabelecer, de forma participativa, protocolos e fluxos assistenciais que definam critérios de indicação, responsabilidades profissionais, rotinas de uso, manutenção e monitoramento dos equipamentos. Esses instrumentos devem estar fundamentados em evidências científicas e alinhados às diretrizes nacionais, respeitando a autonomia dos estados e municípios para adaptação às realidades locais.



MONITORAMENTO DO USO E DA RESOLUTIVIDADE NA APS

O monitoramento sistemático do uso dos equipamentos constitui elemento central da boa governança do parque tecnológico da APS. A análise periódica de indicadores permite identificar padrões de utilização, níveis de ociosidade, falhas operacionais e impactos assistenciais, subsidiando decisões de gestão e planejamento.

Recomenda-se o acompanhamento de indicadores como:

- Número de procedimentos realizados.
- Tempo de indisponibilidade.
- Custos de manutenção.
- Impacto na redução de encaminhamentos.



SUSTENTABILIDADE E PLANEJAMENTO FUTURO

A sustentabilidade da incorporação tecnológica na Atenção Primária à Saúde exige planejamento contínuo por parte da gestão. É recomendável que as gestões municipais considerem, de forma antecipada, os custos associados à manutenção preventiva, à reposição de consumíveis, à substituição de baterias e à eventual renovação dos equipamentos.

A adoção de rotinas simples no cotidiano das UBS, como desligar equipamentos após o uso, armazená-los adequadamente e prevenir quedas e impactos físicos, constitui medida essencial para preservar o patrimônio público, evitar interrupções assistenciais e garantir o uso racional dos recursos do SUS.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução RDC n.º 197, de 6 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana (Rede de Frio). Brasília, DF: Anvisa, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0197_26_12_2017.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução RDC n.º 611, de 9 de março de 2022**. Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista. Brasília, DF: Anvisa, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-611-de-9-de-marco-de-2022-386107075>. Acesso em: 25 fev. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Segurança do paciente em serviços de saúde**: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília, DF: Anvisa, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa>. Acesso em: 2 fev. 2026.

AMERICAN THORACIC SOCIETY. Standardization of spirometry: 2019 update. **American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine**, New York, v. 200, n. 8, p. e70–e88, 2019. Referência internacional citada para o uso do espirômetro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR IEC 60601-1**: equipamento eletromédico — Parte 1: requisitos gerais para segurança básica e desempenho essencial. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15943**: diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos médicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e dá outras providências (Lei de Responsabilidade Fiscal). Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Saúde Digital para o Brasil 2020-2028**. Brasília, DF: MS, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI)**. 5. ed. Brasília, DF: MS, 2017a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação GM/MS n.º 2, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde (Anexo XXII – Política Nacional de Atenção Básica — PNAB). Brasília, DF: MS, 2017b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Tabela unificada de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP)**. Brasília, DF: MS, [2008?]. Disponível em: <http://sigtap.datasus.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Manual do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**. Brasília, DF: MS, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. **Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (RENEM)**. Brasília, DF: MS, [202-]. Disponível em: <https://portalfns.saude.gov.br/renem/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE CHECKLIST

Para apoiar a verificação rotineira das condições dos equipamentos, recomenda-se a utilização do modelo de checklist apresentado a seguir.

ITEM DE VERIFICAÇÃO	S	N	N/A*	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
Integridade física: há rachaduras, parafusos soltos ou sinais de oxidação?				
Cabos e conectores: existem fios expostos, dobras excessivas ou pinos tortos?				
Interface/display: o visor está legível e os botões respondem ao comando?				
Alimentação: a bateria segura a carga ou o cabo de força está estável?				
Consumíveis: pás, gel, papel ou filtros estão dentro da validade?				
Higiene**: o equipamento foi limpo conforme o protocolo de biossegurança?				
Calibração: o selo/etiqueta de calibração está dentro do prazo?				

*N/A: não se aplica.

**No tópico de higiene, colocar a data da última higienização.

APÊNDICE B – MODELO DE CHECKLIST DE HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Este modelo de checklist tem por finalidade apoiar a organização, o monitoramento e a padronização das rotinas de higienização dos equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde, contribuindo para a segurança do paciente, a preservação do parque tecnológico e a continuidade da assistência na Atenção Primária à Saúde.

O instrumento apresenta itens mínimos recomendados para a verificação sistemática das condições de limpeza, desinfecção e conservação dos equipamentos, devendo ser utilizado como ferramenta orientadora e passível de adaptação, conforme a realidade local, o perfil assistencial da unidade, os tipos de equipamentos disponíveis e as orientações específicas dos fabricantes.

A aplicação regular deste checklist favorece a prevenção de danos aos equipamentos, reduz riscos de contaminação cruzada, apoia as ações de manutenção preventiva e fortalece a rastreabilidade das rotinas realizadas, sendo responsabilidade da gestão da UBS assegurar sua utilização, seu registro e seu acompanhamento.

As orientações contidas neste apêndice não substituem os manuais técnicos dos fabricantes nem as normas sanitárias vigentes, que devem sempre prevalecer em caso de divergência.

EQUIPAMENTO	FREQUÊNCIA RECOMENDADA	RESPONSÁVEL	DATA	VISTO / ASSINATURA
Tábua de propriocepção	Diariamente		___/___/___	
Dermatoscópio digital	Após o uso		___/___/___	
Retinógrafo digital	Após o uso		___/___/___	
TENS e FES	Após o uso		___/___/___	
Aparelho de raios X portátil	Após o uso		___/___/___	
Laser de baixa potência	Após o uso		___/___/___	

Conte-nos o
que pensa sobre
esta publicação.
Responda a
pesquisa disponível
por meio do
QR Code ao lado:



**Acesse a
obra na BVS
por meio do
QR Code:**





Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.s.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

